



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Diretrizes para as Políticas de desenvolvimento e promoção do **ACESSO ABERTO**

Resumo executivo



Publicado em 2016 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, pela Representação da UNESCO no Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

© UNESCO 2016



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença **Atribuição-Uso Não-Comercial-Partilha** 3.0 IGO (CC-BY-NC-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbncsa-en>).

Obra disponível em Acesso Aberto para cópia, distribuição e transmissão para fins não comerciais, devendo os devidos créditos ser dados à mesma. Para adaptações e obras derivadas, alguns direitos são reservados. Para uso comercial, deve-se obter a permissão da UNESCO. Adaptações e derivações da obra não deverão conter o logotipo da UNESCO, não sendo a mesma responsável por quaisquer distorções de fatos nelas contidas. Distorções, mutilações e alterações de uma obra que possam gerar atos ofensivos em relação ao autor, à obra, e à reputação da UNESCO e de seus Estados-membros serão consideradas violações ao princípio de Acesso Aberto. A pessoa/instituição responsável pela obra adaptada/derivada será responsabilizada legalmente, se for o caso, devendo indenizar a UNESCO por quaisquer ônus decorrentes de tais atos.

Título original: *Policy guidelines for the development and promotion of open access (Open guideline series)*. Publicado em 2012 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Sobre a autora: a dra. Alma Swan, uma das principais autoridades em Comunicação Acadêmica e Acesso Aberto, é diretora da *Key Perspectives Ltd.*, no Reino Unido.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as da autora e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

Créditos da versão em português:

Tradução: Patrícia Zimbres e Romes de Sousa Ramos

Revisão técnica: Bianca Amaro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Revisão gramatical, editorial e diagramação: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

BR/2016/PI/H/7

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles se referem igualmente ao gênero feminino.

Formatado pela UNESCO
Impresso no Brasil

PREFÁCIO



Conforme estabelece sua Constituição, a UNESCO se dedica a “preservar, ampliar e difundir o conhecimento”. Portanto, parte de sua missão consiste em construir sociedades do conhecimento por meio da promoção do acesso universal à informação e ao conhecimento, por meio de tecnologias de informação e comunicação (TIC). A Divisão de Sociedades do Conhecimento do Setor de Comunicação e Informação se empenha na promoção do multilinguismo no ciberespaço, do acesso à informação por pessoas com necessidades especiais e do desenvolvimento de políticas nacionais para a sociedade da informação, para a preservação do patrimônio documental e para o uso das TIC na educação, na ciência e na cultura, incluindo o Acesso Aberto à informação e à pesquisa científica. O Acesso Aberto está no centro do esforço global da Organização para a construção da paz nas mentes dos homens e das mulheres.

Graças ao Acesso Aberto, pesquisadores e estudantes do mundo inteiro têm maior acesso ao conhecimento, as publicações adquirem mais visibilidade e atingem um número maior de leitores, e o potencial de impacto das pesquisas é ampliado. O maior acesso e o maior compartilhamento do conhecimento geram oportunidades mais igualitárias de desenvolvimento econômico e social, de diálogo intercultural, além de promover inovações. A Estratégia de Acesso Aberto da UNESCO, aprovada pelo Conselho Executivo durante sua 187ª sessão, e posteriormente aprovada pela 36ª Conferência Geral, identificou recomendações aos Estados-membros sobre a formulação de políticas de Acesso Aberto como a principal prioridade nesta área. Estas diretrizes para políticas são o resultado de um processo interativo empreendido pelo Secretariado da UNESCO e pela dra. Alma Swan, uma das principais autoridades no campo do Acesso Aberto, para revisar o relatório preliminar com base na consulta *online* realizada por especialistas da Comunidade de Acesso Aberto das Comunidades de Conhecimento WSIS (*WSIS Knowledge Communities*), em setembro de 2011.

Acredito que este documento abrangente será de grande ajuda para tomadores de decisões e responsáveis pela definição de políticas nacionais e internacionais. Entretanto, deve-se ressaltar que estas diretrizes têm o propósito estrito de servir de orientação, e não pretendem ser um instrumento normativo. Além disso, espero que esta publicação possa servir de referência para todas as partes interessadas em esclarecer dúvidas no campo do Acesso Aberto. Encorajo a todos que compartilhem suas opiniões e seus comentários com base em experiências de aplicação das ideias abordadas nesta publicação, para nos ajudar a aperfeiçoar ainda mais as futuras edições.

Jānis Kārklīņš
Subdiretor-geral de Comunicação e Informação
UNESCO



INTRODUÇÃO

Acesso Aberto à informação e à pesquisa científica

A informação científica é, ao mesmo tempo, a principal produção de um pesquisador e o recurso mais importante da inovação tecnológica. O Acesso Aberto (AA) é a permissão de acesso gratuito para todas as informações acadêmicas e pesquisas revisadas por pares. Ele requer que o detentor dos direitos autorais conceda o direito irrevogável e global de copiar, utilizar, distribuir, transmitir e produzir obras derivadas, em qualquer formato e para qualquer atividade lícita, com os devidos créditos ao autor original. O Acesso Aberto utiliza tecnologias de informação e comunicação (TIC) para aumentar e estimular a disseminação de conhecimentos acadêmicos. Os princípios do Acesso Aberto são a liberdade, a flexibilidade e a justiça.

Os crescentes custos de assinatura de periódicos científicos (ou revistas científicas) são uma das principais razões para o surgimento do movimento do Acesso Aberto. O aparecimento da digitalização e da internet aumentou a possibilidade de se disponibilizar informações para qualquer pessoa, em qualquer lugar, a qualquer momento e em qualquer formato. Por meio do Acesso Aberto, os pesquisadores e os estudantes de todo o mundo ganham maior acesso ao conhecimento, as publicações obtêm maior visibilidade e são mais lidas, e o potencial de impacto das pesquisas é ampliado. A ampliação do acesso ao conhecimento e seu compartilhamento criam mais oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico igualitário, para o diálogo intercultural, além de potencializar o surgimento de inovações. O Acesso Aberto está no cerne do objetivo da UNESCO de proporcionar acesso universal à informação e ao conhecimento, concentrando-se principalmente em duas prioridades globais: a África e a igualdade de gênero. Em todo o trabalho que a UNESCO realiza no campo do AA, sua meta primordial consiste em promover um ambiente propício para o Acesso Aberto nos Estados-membros, de tal forma que os benefícios da pesquisa sejam acessíveis publicamente a todos por meio da internet.

A UNESCO e o Acesso Aberto

O Artigo I, Cláusula 2, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabelece, entre outros, os seguintes propósitos e funções da Organização:

(c) Manter, expandir e difundir o conhecimento:

Garantindo a conservação e a proteção do legado mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e de ciência, recomendando as convenções internacionais necessárias às nações envolvidas;

Estimulando a cooperação entre as nações em todos os ramos de atividade intelectual, incluindo o intercâmbio internacional de pessoas ativas nos campos da educação, da ciência e da cultura, além do intercâmbio de publicações, objetos de interesse artístico e científico, bem como outros materiais de informação;

Desencadeando métodos de cooperação internacional calculados para dar aos povos de todos os países acesso a material impresso e publicado, produzido por qualquer um deles.

Como a missão da UNESCO consiste em contribuir para a construção da paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural, por meio da educação, das ciências, da cultura, da comunicação e da informação, a Organização definiu os seguintes cinco objetivos globais:

- assegurar educação de qualidade para todos e a aprendizagem ao longo de toda a vida;
- mobilizar o conhecimento e as políticas científicas a serviço do desenvolvimento sustentável;
- enfrentar os novos desafios sociais e éticos;
- promover a diversidade cultural, o diálogo intercultural e uma cultura da paz;
- construir sociedades do conhecimento inclusivas por meio da informação e da comunicação.



A Organização apresenta ainda duas prioridades globais – a *África* e a *igualdade de gênero* – dentro de seu mandato geral. Portanto, nas áreas de sua competência, o papel da UNESCO consiste em ampliar o acesso à informação e ao conhecimento para o benefício de seus Estados-membros, por meio do uso adequado das TIC. Neste sentido, os setores atuam nas áreas específicas de competência da UNESCO, e o Setor de Comunicação e Informação (CI), em especial a Divisão de Sociedades do Conhecimento (*Knowledge Societies Division* – KSD), atua na criação de um ambiente propício aos Estados-membros para facilitar o acesso à informação e ao conhecimento, e construir sociedades do conhecimento inclusivas. O Acesso Aberto à informação e à pesquisa científica constitui um dos muitos programas por meio dos quais a KSD se esforça para realizar esse objetivo. Entre algumas das outras áreas afins em que a UNESCO atua estão:

Software livre e código aberto

Na área de *software* livre e código aberto (*Free and Open Source Software* – FOSS), a UNESCO cumpre suas funções básicas de laboratório de ideias e de agência normativa, permitindo a instauração de acordos universais sobre novas questões éticas emergentes, apoiando na elaboração e na utilização de normas de acesso e tratamento de informação, caracterizadas pela abertura, pela interoperabilidade e pela não discriminação. Esse processo considera o tratamento e o acesso à informação como elementos importantes para o desenvolvimento de infoestruturas eficazes que contribuam para práticas democráticas, para o cumprimento de responsabilidades e para a governança. Por reconhecer que os *softwares* exercem um papel crucial no acesso à informação e ao conhecimento, a UNESCO apoiou seu desenvolvimento e sua distribuição, tais como o Micro CDS/ISIS¹ (*software* de armazenamento e recuperação de informação) e o Greenstone² (*software* para bibliotecas digitais). Os FOSS são ferramentas para o crescimento e o desenvolvimento do Acesso Aberto, e a UNESCO incentiva as comunidades a realizar propostas para o desenvolvimento de *softwares*.

Preservação do patrimônio digital

A preservação do patrimônio cultural digital, incluindo a informação digital, é uma área prioritária para a UNESCO. A preservação digital consiste na implementação de processos destinados a garantir o acesso permanente a conteúdos digitais. A combinação de ferramentas

de *software* e *hardware* ajuda a tornar a informação armazenada acessível aos cidadãos. A Carta para a Preservação do Patrimônio Digital (2003) afirma que:

o objetivo da conservação do patrimônio digital é que este seja acessível ao público. Consequentemente, o acesso a elementos do patrimônio digital, especialmente aqueles que se encontram em domínio público, não deve estar sujeito a restrições injustificáveis. Ao mesmo tempo, deve garantir a proteção da informação confidencial e de caráter pessoal contra todas as formas de intrusão.

O Programa Memória do Mundo (*Memory of the World Programme* – MWP) da UNESCO tem como objetivo preservar o patrimônio documental mundial, tornando-o permanentemente acessível a todos, sem restrições. A missão do Programa Memória do Mundo consiste em:

- facilitar a preservação do patrimônio documental do mundo mediante técnicas mais adequadas;
- facilitar o acesso universal ao patrimônio documental;
- ampliar a conscientização mundial sobre a existência e a importância do patrimônio documental.

Recursos educacionais abertos

O acesso à educação de qualidade é essencial para a construção da paz, do desenvolvimento socioeconômico sustentável e do diálogo intercultural. Os *recursos educacionais abertos* (REA) proporcionam uma oportunidade estratégica para melhorar o acesso à educação de qualidade em todos os âmbitos, além de ampliar o diálogo, o compartilhamento do conhecimento e a capacitação. No ambiente da educação e da pesquisa, os REA e o AA constituem duas importantes formas de intervenção, que se associam de maneira integrada para promover a qualidade da aprendizagem e gerar novos conhecimentos. A expressão *recursos educacionais abertos* foi criada pela UNESCO durante o fórum sobre o impacto dos *softwares* educacionais abertos para a educação superior nos países em desenvolvimento, organizado pela UNESCO em 2002.

Programa Informação para Todos (IFAP)

A KSD também desenvolve o programa intergovernamental Informação para Todos (*Information for All Programme* – IFAP), cujo objetivo consiste em reduzir a discrepância entre as pessoas que têm acesso à informação e as que não têm acesso, nos Hemisférios Norte e Sul. O IFAP pretende:

1 Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/access-to-knowledge/free-and-open-source-software-foss/cdsisis/>>.

2 Disponível em: <<http://www.greenstone.org/>>.



- promover a reflexão e o debate internacional sobre as questões éticas, jurídicas e sociais apresentadas pela sociedade da informação;
- incentivar e ampliar o acesso à informação de domínio público mediante a organização, a digitalização e a preservação da informação;
- apoiar a formação, a educação continuada e a aprendizagem ao longo da vida nas áreas de comunicação, informação e informática;
- apoiar a produção de conteúdos locais e incentivar a disseminação do conhecimento autóctone mediante a alfabetização básica e a iniciação ao uso de TIC;
- promover a aplicação de normas e melhores práticas em comunicação, informação e informática nas áreas de mandato da UNESCO; e
- promover a construção de redes de informação e conhecimento nos âmbitos local, nacional, regional e internacional.

Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação³ (*World Summit on the Information Society – WSIS*), realizada em Genebra em 2003, declarou que “a possibilidade de todos poderem acessar e contribuir com informações, ideias e conhecimento é essencial para a construção de uma Sociedade da Informação inclusiva”. Na Cúpula, também foi ressaltado que o compartilhamento de conhecimentos globais para o desenvolvimento pode ser ampliado por meio da remoção das barreiras ao acesso igualitário à informação. Na medida em que um abundante domínio público constitui um elemento essencial para o crescimento da Sociedade da Informação, a preservação dos registros documentais e o Acesso Aberto e igualitário à informação científica são necessários para a inovação, para a criação de novas oportunidades de negócios e para o acesso à memória coletiva das civilizações.

No contexto do Acesso Aberto, a Cúpula declarou:

28. Nos esforçamos para promover o acesso universal, com oportunidades iguais para todos, ao conhecimento científico, à criação e à divulgação de informação científica e técnica, incluindo iniciativas de Acesso Aberto para publicações científicas.

Duas das Linhas de Ação da WSIS (Linha de Ação 3: Acesso à informação e ao conhecimento; e Linha de Ação 7: E-ciência) têm sido envolvidas na promoção do Acesso Aberto à informação revisada por pares e a dados científicos, por meio de suas intervenções e acordos com partes interessadas.

Objetivo deste documento

O objetivo geral destas “Diretrizes para as políticas” consiste em promover o Acesso Aberto nos Estados-membros, ao facilitar a compreensão de todos os aspectos relevantes relacionados a ele. Especificamente, espera-se que o documento seja capaz de:

- possibilitar que as instituições dos Estados-membros revejam sua posição sobre o acesso à informação científica à luz das “Diretrizes para as políticas”;
- apoiar a escolha da política de Acesso Aberto apropriada nos contextos específicos dos Estados-membros; e
- facilitar a adoção da política de Acesso Aberto por organizações e entidades de financiamento de pesquisas, integrando as questões relevantes nos sistemas nacionais de pesquisa.

Dessa forma, as “Diretrizes para as políticas” não têm natureza prescritiva, mas devem servir como sugestões para facilitar a tomada de decisões conscientes quanto a se adotar uma política de AA e fortalecer os sistemas nacionais de pesquisa.

Organização dos conteúdos

O conteúdo destas “Diretrizes para as políticas” está organizado em nove capítulos:

- **Capítulo 1** – *O desenvolvimento do Acesso Aberto à informação e à pesquisa científica*: traz uma visão geral das definições utilizadas e o histórico do movimento de AA – Budapeste – Bethesda – Berlim.
- **Capítulo 2** – *Abordagens ao Acesso Aberto*: apresenta as estratégias da via “verde” e da via “dourada” para a promoção do AA.
- **Capítulo 3** – *A importância do Acesso Aberto*: descreve a importância do AA para estudiosos, instituições de pesquisa e sociedades do conhecimento em desenvolvimento.
- **Capítulo 4** – *Benefícios do Acesso Aberto*: ressalta que o AA melhora o processo de pesquisa, aumenta a

3 Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/dop.html>>.

visibilidade e o uso dos trabalhos de pesquisa, além de potencializar o impacto desses trabalhos, por meio de citações e de seus efeitos fora do ambiente acadêmico.

- **Capítulo 5** – *Modelos de negócios*: realiza uma análise dos modelos tradicionais de negócios na área da comunicação científica e descreve novos modelos emergentes no contexto do AA.
- **Capítulo 6** – *Direitos autorais e licenciamento*: fornece uma visão geral dos aspectos jurídicos em linguagem simples, para explicar que os direitos autorais são um elemento central no AA. O consentimento dos detentores de direitos autorais é essencial para tornar o AA uma realidade, e os autores e criadores podem recorrer a diversos mecanismos, como licenças *Creative Commons*, para ampliar o uso de suas obras e, ao mesmo tempo, conservar seus direitos.
- **Capítulo 7** – *Estratégias para a promoção do Acesso Aberto*: descreve diversas abordagens ao AA centradas na adoção de políticas, na sensibilização e no desenvolvimento de infraestruturas. Embora todas as abordagens sejam importantes, o capítulo também oferece uma lista de inúmeras organizações que estão engajadas na promoção do AA.
- **Capítulo 8** – *Marco de ação para uma política de Acesso Aberto*: apresenta uma visão geral do crescimento das políticas e uma análise crítica das questões que afetam as políticas de AA. Apresenta, ainda, uma tipologia das políticas de AA para explicar a diferença entre os tipos de políticas adotadas em diversas partes do mundo. Este capítulo deve ser estudado juntamente com os exemplos contidos no Anexo 1.
- **Capítulo 9** – *Resumo das diretrizes para as Políticas*: é o principal capítulo deste documento e descreve os vários elementos que devem ser considerados em uma política-padrão, além de sugerir as melhores opções que devem ser incluídas em tal política. Este capítulo também deve ser analisado juntamente com os modelos contidos no Anexo 2.

No final, as “Diretrizes para as políticas” também trazem uma bibliografia detalhada e um glossário dos termos e abreviações utilizados. No início, também se encontra um resumo executivo, que permite que se tenha rapidamente uma visão geral do documento, antes da leitura mais aprofundada dos capítulos.

Como utilizar as “Diretrizes para as políticas”

As “Diretrizes para as políticas” podem ser utilizadas como um texto básico sobre Acesso Aberto e as políticas relacionadas a ele. Embora seja recomendável que os principiantes no campo do Acesso Aberto leiam este documento na íntegra, aqueles que já tiverem algum conhecimento sobre o AA podem optar por iniciar a leitura a partir de qualquer um dos capítulos. Tomadores de decisões, administradores e gestores de pesquisas devem se concentrar nos Capítulos 8 e 9, que abordam todas as questões relevantes a respeito do desenvolvimento das políticas de AA. No final deste documento, encontram-se exemplos de diferentes tipos de políticas de AA (Anexo 1), além de três modelos de política (Anexo 2), para que se escolha a política mais apropriada. Embora todas as instituições possam ter seus próprios processos de aplicação de políticas, recomendamos que privilegiem uma abordagem democrática, consultiva e aberta para a adoção de uma política de Acesso Aberto, pois o sucesso da implementação dessa política dependerá da disposição dos autores em depositar seus trabalhos e/ou publicá-los em periódicos (ou revistas) de AA. Estamos certos de que as “Diretrizes para as políticas” serão de grande utilidade para você, leitor, e gostaríamos de saber sobre suas experiências e opiniões. Por gentileza, preencha o questionário de avaliação que se encontra nesta publicação e envie-o para nós, para nos ajudar a aperfeiçoar as “Diretrizes para as políticas”, assim como para compartilhar suas experiências com outras pessoas.

Dra. Sanjaya Mishra
Especialista de Programa
(TIC em Educação, Ciência e Cultura)
Divisão de Sociedades do Conhecimento
Setor de Comunicação e Informação
Organização das Nações Unidas
para a Educação, a Ciência e a Cultura
(UNESCO)





RESUMO EXECUTIVO

Estas diretrizes apresentam um histórico do desenvolvimento do Acesso Aberto, explicam por que ele é importante e desejável, como concretizá-lo, bem como o modelo e a eficácia das políticas relacionadas a ele.

O Acesso Aberto representa uma nova forma de disseminar informações científicas possibilitada pela internet. O *desenvolvimento do conceito* pode ser resumido da seguinte forma:

- A internet oferece novas oportunidades para a construção de um sistema ideal para a transmissão de conhecimentos científicos – um banco de dados sobre pesquisas científicas completamente interligado, interoperante e explorável por todos.
- Os cientistas estão usando essas oportunidades para desenvolver estratégias de Acesso Aberto, para lidar com a literatura formal e com tipos informais de comunicação.
- Para o crescente acúmulo de informação em Acesso Aberto, a preservação de longo prazo é uma questão-chave.
- O reconhecimento e o uso da literatura com Acesso Aberto exigem novos serviços que supram as necessidades de cientistas e gestores de pesquisas.
- Já existem algumas boas definições técnicas de Acesso Aberto colocadas em prática, que podem servir de base para a formulação de políticas.
- Existe ainda uma distinção entre dois tipos de Acesso Aberto (*grátis e livre*), e essa diferença tem implicações para as políticas.
- Duas vias práticas para o Acesso Aberto (a “verde” e a “dourada”) têm sido formalmente aprovadas pela comunidade científica.
- De início, o Acesso Aberto se aplicava essencialmente aos trabalhos publicados em periódicos científicos – incluindo anais de eventos revisados por pares. Dissertações de mestrado e teses de doutorado também são bem-vindas a essa lista e, recentemente,

o conceito tem sido ampliado, de forma a incluir dados de pesquisas e livros científicos.

Já existe uma infraestrutura bem desenvolvida para propiciar a concretização do Acesso Aberto, embora algumas áreas do conhecimento estejam mais desenvolvidas que outras. Nesses casos, as normas culturais passaram por mudanças para apoiar o Acesso Aberto.

O Acesso Aberto é obtido por meio de *duas vias principais*:

- Os periódicos com Acesso Aberto, a “via dourada” do Acesso Aberto, representam um modelo particularmente bem-sucedido em algumas áreas do conhecimento, bem como em algumas comunidades geográficas.
- A “via verde”, que utiliza repositórios, pode coletar mais materiais e de forma mais rápida, se forem implementadas as políticas apropriadas.

Além dessas vias, muitas editoras oferecem o chamado Acesso Aberto “híbrido”: nesses casos, paga-se uma taxa para disponibilizar apenas um artigo publicado em um periódico que é vendido por meio de assinatura. Em alguns casos, a editora reduz o custo da assinatura, de acordo com a nova receita proveniente das cobranças do Acesso Aberto mas, na maioria dos casos, essa alternativa não é oferecida. A prática de acumular novas receitas a partir das cobranças do Acesso Aberto, sem reduzir o preço da assinatura, é conhecida como *double dipping* (ganho duplo).

Existe uma série de questões que contribuem para a *importância do Acesso Aberto*:

- Por toda parte, existem problemas de acessibilidade às informações científicas.
- Os níveis de Acesso Aberto variam de uma área para outra, com algumas delas permanecendo consideravelmente para trás, o que torna ainda mais urgente a ampliação dos esforços para a concretização do Acesso Aberto.
- Os problemas de acesso são mais acentuados entre os países em desenvolvimento, países emergentes e países em fase de transição.



- Existem alguns mecanismos para reduzir os problemas de acesso em países mais pobres, embora tais mecanismos proporcionem acesso, mas não o Acesso Aberto: eles não são permanentes, fornecem acesso somente a uma parte da literatura e não a tornam aberta para todos, mas apenas a um grupo específico de instituições.
- Recentemente, o Acesso Aberto foi combinado a outros conceitos, que fazem parte de uma tendência mais geral, como os de *recursos educacionais abertos (REA)*, *ciência aberta*, *inovações abertas* e *Dados Abertos*.
- Algumas iniciativas que visam a melhorar o acesso não são de Acesso Aberto, e devem ser claramente identificadas como algo de outra natureza.

Os *benefícios do Acesso Aberto* são resumidos da seguinte forma:

- O Acesso Aberto aumenta a velocidade, a eficiência e a eficácia das pesquisas.
- O Acesso Aberto é um fator facilitador das pesquisas interdisciplinares.
- O Acesso Aberto permite a realização de cálculos e estatísticas sobre a literatura científica.
- O Acesso Aberto amplia a visibilidade, o uso e o impacto das pesquisas.
- O Acesso Aberto permite que comunidades de profissionais, de práticas e de negócios, assim como o público interessado, sejam beneficiados pelas pesquisas.

À medida que o Acesso Aberto tem se expandido, novos *modelos de negócios* têm sido desenvolvidos para a edição de periódicos, repositórios de Acesso Aberto, edição de livros e serviços destinados a suprir novas necessidades, processos e sistemas associados aos novos métodos de disseminação.

A disseminação de pesquisas depende do consentimento do detentor dos direitos autorais, o que pode ser um fator para ampliar ou dificultar o Acesso Aberto. Os *direitos autorais (copyright)* abrangem um conjunto de direitos: em geral, o autor de um artigo publicado em um periódico cede todos os seus direitos para a editora, embora isso, normalmente, não seja necessário.

Os autores – ou seus empregadores ou patrocinadores – podem conservar os direitos que lhes permitem atribuir Acesso Aberto à sua obra, e ceder à editora do periódico o direito – exclusivo ou não – de publicar a obra. É preferível que, previamente, o autor reserve seus direitos necessários

de disseminação em acesso livre – ou seja, sem restrições –, por meio de um acordo com a editora, para evitar que ele venha a precisar solicitar permissões à editora após a publicação da obra.

O licenciamento formal de obras científicas constitui uma prática boa e sábia, porque deixa claro para o usuário – seja ele um ser humano ou uma máquina – o que pode ser feito com a obra, estimulando assim sua utilização. Atualmente, apenas uma pequena parte da literatura com Acesso Aberto tem licenciamento formal: isto ocorre até mesmo com os conteúdos de periódicos com Acesso Aberto.

O sistema de licenciamento *Creative Commons* constitui a melhor solução prática, uma vez que se trata de um mecanismo de fácil compreensão, que fornece um pacote de licenças que abrange todas as necessidades dos autores, além de suas licenças poderem ser interpretadas por máquinas. Na falta de uma licença como essa, tornam-se necessárias, na maioria das áreas, emendas legais à lei dos direitos autorais, para permitir a extração de textos e dados de materiais de pesquisas.

A *formulação de políticas*, que facilita a disseminação do trabalho de pesquisa, ainda é uma atividade relativamente nova. As políticas podem preconizar e estimular a oferta de Acesso Aberto, ou podem obrigar que esse acesso seja concedido.

Existem evidências de que somente esse segundo tipo de política (as obrigatórias) contribui para altos níveis de material acumulado. Também há evidências de que os pesquisadores estão satisfeitos por receber instruções sobre essa questão.

As questões que devem ser consideradas pelas políticas de Acesso Aberto são as seguintes:

- *Vias do Acesso Aberto* – as políticas podem exigir o Acesso Aberto “verde” por autoarquivamento, de modo a preservar a liberdade dos autores de publicar suas obras onde preferirem; as políticas deveriam apenas *promover* o Acesso Aberto “dourado” por meio da publicação em periódicos com Acesso Aberto.
- *Local de depósito* – o depósito das obras com Acesso Aberto pode ser exigido, em repositórios institucionais ou centrais. Naturalmente, as políticas institucionais optam pela primeira solução; por outro lado, as políticas de entidades financiadoras também podem fazer isso, ou podem ainda, em alguns casos, designar um repositório central específico.



- *Tipos de conteúdos abrangidos* – todas as políticas abrangem os artigos de periódicos científicos; as políticas também devem promover o Acesso Aberto para livros; cada vez mais, as políticas de entidades financiadoras incluem a produção de dados de pesquisa.
- *Embargos* – as políticas devem especificar o limite máximo de embargo permitido. No campo da ciência, este deve ser de no máximo seis meses; as políticas também devem exigir o depósito no repositório no momento da publicação, devendo o texto integral do item permanecer com acesso fechado até o fim do período de embargo.
- *Permissões* – o Acesso Aberto depende da permissão do detentor dos direitos autorais, o que o torna vulnerável aos interesses das editoras. Para garantir que o Acesso Aberto seja obtido sem problemas, devem ser reservados pelo autor ou pelo empregador apenas os direitos suficientes para permitir o acesso e, às editoras, somente a “Licença para Publicação”. Nos casos em que os direitos autorais são transferidos para a editora, o Acesso Aberto sempre dependerá da permissão dela. Sendo assim, as políticas devem considerar isso e, conseqüentemente, incluir um elemento legal necessário relativo à exploração da licença pelas editoras.
- *Aplicação efetiva das políticas* – os níveis de aplicação variam de acordo com a força da política e com o constante apoio que ela recebe; o nível de adesão à aplicação pode ser melhorado mediante sensibilização efetiva e, quando for necessário, por meio de sanções.
- *Sensibilização para apoiar uma política* – existem práticas comprovadas de sensibilização e apoio às políticas de Acesso Aberto; os formuladores de políticas devem assegurar que elas sejam divulgadas e compreendidas, e que as que forem consideradas adequadas sejam implementadas.
- *Sanções para apoiar uma política* – tanto as instituições quanto as entidades financiadoras têm sanções que podem ser aplicadas em apoio a uma política de Acesso Aberto; os formuladores de políticas devem assegurar que as sanções aplicadas sejam identificadas, compreendidas, apropriadas e implementadas, quando outros esforços fracassarem na produção dos resultados desejados.
- *Renúncias* – em casos de políticas obrigatórias, os autores nem sempre podem cumprir com suas obrigações. Para esse tipo de política, é necessário incluir uma cláusula de renúncia para lidar com tais situações.
- *Acesso Aberto “dourado”* – quando uma entidade financiadora ou instituição tem um compromisso específico com relação ao pagamento de taxas “douradas” pelo trabalho de produção editorial de certos artigos, isso deve estar expressamente declarado na política.



Representação no Brasil

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Em cooperação



“Por meio do Acesso Aberto, pesquisadores e estudantes de todo o mundo terão mais acesso ao conhecimento, as publicações terão mais visibilidade e um número maior de leitores, e o potencial impacto da pesquisa será ampliado.

Mais acesso e mais compartilhamento do conhecimento levam a oportunidades de diálogo intercultural e de um desenvolvimento econômico e social equitativo, com possibilidades de desencadear inovações.

A Estratégia de Acesso Aberto da UNESCO, aprovada pelo Conselho Executivo em sua 187ª sessão e, em seguida, por sua 36ª Conferência Geral, identificou, como uma das principais prioridades, a consultoria política aos Estados-membros na área do Acesso Aberto”.

Jānis Kārklīņš,
diretor-geral assistente
de Comunicação e Informação
UNESCO